

Constituição já, e diretas em novembro

O domingo do presidente José Sarney no bucólico sítio do Pericumã teve sua costumeira paz arranhada por uma notícia desconcertante. Não bastassem as trágicas informações sobre as enchentes no Acre e o desastre que se abateu sobre o Rio de Janeiro, Sarney ficou sabendo, logo cedo, que a Constituinte alcançará quorum para retomar a votação da nova Constituição. Como se sabe, há mais de um Sarney ocupando a Presidência da República — há o Sarney cordato, tolerante, interessado na consolidação democrática e que diz desejar que a Constituição seja logo promulgada, e há o Sarney obcecado pelo mandato de cinco anos, que torce para que emperre o processo constituinte e aposta na crise para se manter no poder.

Uma Constituinte que é capaz de funcionar no domingo seguinte ao período de carnaval exhibe uma inesperada disposição para abreviar seu trabalho — e isso não interessa ao Sarney que agora acena com o fantasma do golpe militar para exorcizar a hipótese de ver seu sucessor escolhido daqui a menos de nove meses. O outro Sarney anda arquivado — ressurge, de vez em quando, mais amargurado e triste do que convincente quanto à solidez dos seus princípios democráticos. O ritmo veloz que o deputado Ulysses Guimarães imprime à Constituinte subtrairá um poderoso elemento que contribui para o clima de instabilidade do país e viabilizará a eleição presidencial em novembro próximo.

Enquanto Sarney ruminava seu aborrecimento no Pericumã, Ulysses comemorava, feliz, em sua mansão no Lago Sul, o arremate quase perfeito de uma semana que o devolveu de forma positiva às manchetes dos jornais — como o antigo Ulysses que liderou a resistência ao autoritarismo e como o político sagaz que costuma ressuscitar quando parece que está morto. Há que se admitir que ele poderia ter feito a defesa da Constituinte, ameaçada por uma conspiração estimulada de dentro do Palácio do Planalto, sem precisar, necessariamente, espicaçar os brios da área militar — preocupada, como qualquer outra área responsável, com a situação do país, mas recolhida a seus afazeres e interessada no sucesso do processo de transição.

Em política, não se comete o ato dispensável — e sob o ponto de vista de ter empurrado os militares para a frente do palco, a referência de Ulysses aos “três patetas” foi um ato político dispensável. Com ele, em compensação, Ulysses deve ter resgatado parte da popularidade que perdera, remeteu para o futuro o racha do

PMDB que parecia eminente e consolidou, dentro do partido, sua candidatura à Presidência da República. O pronunciamento de Ulysses pode ter ajudado, também, a diminuir o ímpeto dos que atuam, dentro e fora do governo, para truncar o projeto de redemocratização do país. Na semana que antecedeu o carnaval, Ulysses colecionou expressivos indícios sobre a tentativa que se faz de desestabilizar a Constituinte.

Do próprio Sarney, ele ouviu ao longo de uma conversa na sexta-feira: “Não renunciarei como Jânio, não me suicidarei como Getúlio e não serei deposto como Jango.” O presidente completou, depois: “Se querem luta, terão luta.” Estava indignado, e com razão, com a publicação de notícias que procuravam envolver, sem provas, alguns dos seus familiares com casos de corrupção. Sem razão, Sarney despejou sua fúria sobre os políticos em geral, sobre a Constituinte que imagina reunida só para tramar sua derrubada e, especificamente, sobre o PMDB. “Encontrei o presidente tenso e belicoso”, contou Ulysses mais tarde a um amigo. Começou ali a amadurecer a defesa da instituição ameaçada.

Constituição já, e eleição presidencial em novembro são as duas únicas saídas democráticas e realistas no momento para fazer face a um quadro político, administrativo, econômico e social em acelerado estágio de decomposição. A existência de um governo no país é hoje uma realidade meramente formal. “O governo não tem projeto algum”, admitiu, há alguns meses, o insuspeito Jorge Murad, genro e secretário-particular do presidente da República. “Abre-se o jornal e administra-se a crise do dia”, constatou Murad em conversa com um ministro e um governador. A credibilidade dos políticos baixou a níveis alarmantes. O Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, não é crível para os que lhe batem à porta emperrada.

Há um visível, claro e indelével descolamento entre a sociedade e as instituições esfarrapadas — onde episódios de desobediência explícita da lei, como o que agora se registra com a rebelião da Polícia Militar paulista, servem para indicar a gravidade da situação. Uma Constituição que resulte do entendimento entre as forças políticas do país e que seja socialmente avançada poderá ajudar a estancar a sangria do quase esgotado estoque de confiança da população nas instituições. A escolha, este ano, do sucessor de Sarney dará oportunidade à ascensão de um governante legitimado pelo voto e com autoridade para operar as reformas de estruturas do país prometidas pelos líderes da falecida Nova República.

Ricardo Noblat